

Senadores aprovam ministros para TST e STM e nomes seguem ao plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, por unanimidade, a indicação de Douglas Alencar Rodrigues para ministro do Tribunal Superior do Trabalho e a indicação de José Barroso Filho para ministro do Superior Tribunal Militar. Os nomes agora seguem para o Plenário com pedido para análise em regime de urgência.



Douglas Alencar Rodrigues (*foto*) foi indicado pela

presidente Dilma Rousseff no dia 12 de fevereiro para preencher a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Pedro Paulo Teixeira Manus. O desembargador é funcionário antigo da Justiça do Trabalho e, como técnico judiciário, já integrou os quadros do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO) e também da 15ª Região, em Campinas (SP). Além disso, foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça no biênio 2005-2007.

Como desembargador, a partir de 2003, foi convocado para atuar no TST em 2009. Formado pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2005/2007), é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Material e Processual do Trabalho do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB). Lecionou no Curso de Pós-Graduação em Direito Processual do Trabalho da Faculdade Mackenzie, em 2003.



O juiz-auditor José Barroso Filho (*foto*) foi aprovado após a



sabatina na CCJ para o Superior Tribunal Militar, em vaga que pertence a um representante da magistratura de carreira. A cadeira estava vaga desde a aposentadoria do ministro Carlos Alberto Marques Soares, em junho de 2013. José Barroso Filho é magistrado desde 1992, atua como professor. De acordo com o STM, é reconhecido pela atuação voltada à promoção da cidadania e à inclusão social.

Ele atuou como promotor de Justiça, juiz estadual, juiz eleitoral e juiz-auditor, além de ter sido juiz-auxiliar da presidência do Conselho Nacional da Justiça e juiz-auxiliar da presidência do Superior Tribunal Militar. Também foi presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar (Amajum) e integrou a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Frentas, entidade que congrega as associações de magistrados e membros do Ministério Público. José Barroso Filho participou do Projeto Rondon, do Grupo de Trabalho Araguaia e do Grupo Especial de Fiscalização Móvel que combatia o trabalho escravo.

Date Created

12/03/2014